

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.009 - SP (2018/0210460-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : WILSON DE SOUZA ALVES
ADVOGADO : ELIAS MUBARAK JUNIOR E OUTRO(S) - SP120415
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO BONORA JUNIOR E OUTRO(S) -
SP230926
ROGÉRIO BUENO ANTUNES - SP299005

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITOS SUSPENSIVO. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO.

1. "A decisão que versa sobre a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução de título extrajudicial é uma decisão interlocutória que versa sobre tutela provisória, como reconhece o art. 919, § 1º, do CPC/2015, motivo pelo qual a interposição imediata do agravo de instrumento em face da decisão que indefere a concessão do efeito suspensivo é admissível com base no art. 1.015, I, do CPC/2015, tornando inadequado o uso de interpretação extensiva ou analogia sobre a hipótese de cabimento prevista no art. 1.015, X, do CPC/2015". (REsp 1745358/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 01/03/2019,

2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por WILSON DE SOUZA ALVES contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 104):

RECURSO Agravo de instrumento Decisão que indefere efeito suspensivo aos embargos do devedor - Decisão interlocutória em análise não prevista no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015 - Recurso não conhecido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 158-161).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta

vulneração aos arts. 1.022, I e II do CPC, em razão de não terem sido considerados os argumentos da recorrente. Assevera que, embora o inciso X do artigo 1015, do CPC somente preveja possibilidade de agravo de instrumento às hipóteses de concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução, o parágrafo único e o inciso I do art. 1.015 do CPC, permitem o recurso em casos como o dos autos em que foi indeferido o efeito suspensivo aos embargos à execução. Afirma que a justificativa para a interposição imediata do agravo de instrumento é semelhante a da decisão sobre tutela provisória do inciso I do artigo 1.015 do CPC.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 167-174).

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A controvérsia do recurso especial cinge-se a determinar se a decisão que indefere pedido de efeito suspensivo a embargos à execução é de recorribilidade imediata por recurso de agravo de instrumento.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao analisar o recurso, asseverou pelo não conhecimento do agravo sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 105-106):

A decisão que indeferiu a concessão de efeito suspensivo aos embargos, ora combatida pelo agravante, não se enquadra no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015, que prevê as hipóteses de interposição do recurso de agravo de instrumento:

“Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

Dentro desse contexto, inexistindo previsão específica quanto à questão de indeferimento do efeito suspensivo aos embargos, não é possível o conhecimento do recurso, pois com o advento do novo Código, somente são agraváveis as decisões interlocutórias taxativamente elencadas.

Nesse contexto, verifica-se que o entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo merece reparos.

Com efeito, há julgados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a decisão que versa sobre a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução de título extrajudicial é uma decisão interlocutória que versa sobre tutela provisória, como reconhece o art. 919, § 1º, do CPC/2015, motivo pelo qual a interposição imediata do agravo de instrumento em face da decisão que indefere a concessão do efeito suspensivo é admissível com base no art. 1.015, I, do CPC/2015, tornando inadequado o uso de interpretação extensiva ou analogia sobre a hipótese de cabimento prevista no art. 1.015, X, do CPC/2015.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VÍCIO DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERE O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS. RECORRIBILIDADE IMEDIATA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO RECURSO EM FACE DE DECISÕES QUE VERSEM SOBRE TUTELA PROVISÓRIA, CONCEITO EM QUE SE ENQUADRA A DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. ART. 1.015, I, COMBINADO COM ART. 919, §1º, AMBOS DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU POR ANALOGIA DO ART. 1.015, X, DO CPC/2015, QUE

ERRONEAMENTE NÃO CONTEMPLOU ESSA HIPÓTESE. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NO ACÓRDÃO, QUE SE LIMITOU À INADMISSIBILIDADE DO AGRAVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1 - Ação proposta em 12/12/2016. Recurso especial interposto em 23/01/2018 e atribuído à Relatora em 07/06/2018.

2 - O propósito recursal consiste em definir, para além da negativa de prestação jurisdicional: (i) se é recorrível, de imediato e por meio de agravo de instrumento, a decisão interlocutória que indefere a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução de título extrajudicial; (ii) se, na hipótese, estão presentes os pressupostos para a concessão do efeito suspensivo.

3 - A mera alegação de que teria havido violação ao art. 1.022 do CPC, sem contudo, o detalhadamente acerca dos alegados vícios existentes no acórdão, impede o exame do recurso especial sob esse fundamento, especialmente quando se verifica que a única questão efetivamente debatida no acórdão recorrido está suficientemente motivada.

4 - A decisão que versa sobre a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução de título extrajudicial é uma decisão interlocutória que versa sobre tutela provisória, como reconhece o art. 919, § 1º, do CPC/2015, motivo pelo qual a interposição imediata do agravo de instrumento em face da decisão que indefere a concessão do efeito suspensivo é admissível com base no art. 1.015, I, do CPC/2015, tornando inadequado o uso de interpretação extensiva ou analogia sobre a hipótese de cabimento prevista no art. 1.015, X, do CPC/2015.

5 - Tendo o acórdão recorrido se limitado à inadmissibilidade do agravo de instrumento, não se admite o exame acerca da presença, ou não, dos pressupostos que autorizam a concessão do pretendido efeito suspensivo aos embargos à execução, em virtude da ausência de prequestionamento da matéria. Incidência da Súmula 211/STJ.

6 - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

(REsp 1745358/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 01/03/2019, g.n.)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que conheça do agravo de instrumento e examine se estão presentes os pressupostos para o deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator